JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

14 07 21

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.598.121/21-3

CONTROLE INTERNET
029570705-4

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Valor do Capital;				
NOME EMPRESARIAL RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A				PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Henrique Schaumann	NÚMERO 270/278	COMPLEMENTO Sobreloja		CEP 05413-010
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 06.990.482/0001-50	NIRE - SEDE 3530038801-1		

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Arno Schwarz (Diretor) ASSINATURA: DATA: 30/06/2021	VALORES RECOLHIDOS DARE: R$ 442,17 DARF: R$,00	SEQ. DOC. 1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP
SEDE
Nº GUICHÊ 03
07 JUL 2021
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0107(146721)

CARIMBO ANÁLISE
DEFERIDO
Hilton Noredi Mazarem da Silva
Assessor Técnico de Registro Público
RG: 501.070.978-1
12 JUL. 2021

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

(X) DBE (1)
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros
( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
(X) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP
14 JUL 2021
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
335.049/21-7
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET
029570705-4

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

DATADOR

INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

NOME EMPRESARIAL

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A

USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATO(S)
Alteração do Valor do Capital

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA RETIRADA DO DOCUMENTO			
FAVOR PREENCHER TODOS OS CAMPOS COM ANTECEDÊNCIA			
RESPONSÁVEL:			
RG:		EMAIL:	
TELEFONE:		ASSINATURA:	

SETOR DE REGISTRO
(ATIVIDADES)

( ) TRIAR
( ) DEFERIR DBE
( ) ETIQUETAR
( ) PERFURAR
( ) SEPARAR VIA

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
11.07.21

JUCESP
REDE
03
JUL 2021

RIO IAÇO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n. 06.990.482/0001-50
NIRE 35-3.0038801.1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021

Local e Hora: na sede de Rio Iaco Participações S.A., situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, 270/278, Sobreloja, Sala Rio Purus, parte, CEP 05413-010 ("**Companhia**").

Presença: acionistas presentes titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas.

Convocação: independente de convocação nos termos do permissivo legal constante do Art. 124, §4° da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada ("**Lei das S.A.**").

Composição da Mesa: Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente. Sr. Arno Schwarz, Secretário.

Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020; e **(ii)** deliberar sobre a proposta da administração referente à destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **Em Assembleia Geral Extraordinária (i)** deliberar acerca de aumento de capital social; e **(ii)** aprovar a alteração do artigo 5° do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, foram tomadas as seguintes deliberações:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Diante da presença da totalidade dos acionistas, considerar sanada a falta de observância ao prazo de publicação dos documentos e a falta de publicação de anúncios, conforme permissivos constantes do Art. 133, §3° e §4°, da Lei das S.A.

2. Aprovar o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial, ambos em edição de 23 de abril de 2021, conforme vias em anexo, que passam a fazer parte integrante deste ato como **Anexo I**.

3. Aprovar o resultado do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$744.853.202,71 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dois reais, setenta e um centavos).

4. Aprovar a proposta da administração sobre destinar integralmente o valor do lucro líquido apurado no exercício de 2020, no valor de R$744.853.202,71 (setecentos e

SEM VALOR SUFICIENTE PARA CERTIDÃO

quarenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dois reais, setenta e um centavos), para abatimento da conta de Prejuízos Acumulados da Companhia, nos termos do Art. 189 da Lei das S.A., sem qualquer destinação para a conta de Reserva Legal ou mesmo para distribuição de dividendos aos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, de R$753.071.800,00 (setecentos e cinquenta e três milhões, setenta e um mil, oitocentos reais) para R$814.157.350,00 (oitocentos e quatorze milhões, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais), mediante a emissão de 61.085.550 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação, observado que o preço de emissão foi fixado com base nos critérios previstos no Art. 170, §1°, da Lei das S.A., totalizando o aumento no montante de R$61.085.550,00 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).

1.1. As 61.085.550 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta) novas ações são totalmente subscritas pela acionista RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A., que as integraliza, neste ato, mediante a conversão de créditos que possui perante a Companhia, constituídos no exercício de 2020, representados por adiantamento para futuro aumento de capital, no valor total de R$61.085.550,00 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme Boletim de Subscrição n. 1 em **Anexo II**.

1.2. Os demais acionistas renunciaram expressamente seu direito de preferência na subscrição das novas ações.

2. Em decorrência das deliberações acima, o *caput* do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> "***Artigo 5°.*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$814.157.350,00 (oitocentos e quatorze milhões, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais), dividido em 814.157.350 (oitocentos e quatorze milhões, cento e cinquenta e sete mil, trezentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.*"

3. Permanecem inalteradas e são, por este ato, ratificadas, todas as demais disposições do Estatuto Social que não foram objeto de alteração expressa nesta Assembleia.

Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para o cumprimento do quanto aprovado nesta Assembleia.

Documentos: ficaram arquivados na sede da Companhia, numerados seguidamente e rubricados pela mesa: (i) o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Financeiras e Errata relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) o Boletim de Subscrição n. 1; e (iii) a nova redação do Artigo 5° do Estatuto Social.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Encerramento: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, sendo ela cópia fiel daquela lançada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, que, tendo sido lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente; e Sr. Arno Schwarz, Secretário. **Acionistas:** Rio Purus Participações S. A. (representada por seus Diretores, Sr. Benjamin Steinbruch e Sr. Arno Schwarz) e Espólio de Dorothéa Steinbruch (representada por sua Inventariante, Sra. Elisabeth Steinbruch Schwarz).

São Paulo, 30 de abril de 2021.

Mesa:

Benjamin Steinbruch
Presidente

Arno Schwarz
Secretário

N/Ref: 00806401-2154

JUCESP
14 JUL 2021

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
335.049/21-7

JUCESP

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
14 07 21

Anexo I

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Rio Iaco Participações S.A.

CNPJ nº 06.990.482/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As Notas Explicativas e demais documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 26 de março de 2021. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	520	24
Impostos a recuperar	4	10	55
Dividendos a receber	5	37.997	516
Total do Ativo Circulante		**38.527**	**595**
Não Circulante			
Investimentos	5	1.630.000	821.110
Total do Ativo Não Circulante		**1.630.000**	**821.110**
TOTAL DO ATIVO		**1.668.527**	**821.705**

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Debêntures	7	263.193	101.836
Obrigações fiscais		1	-
Outras contas a pagar		9	2
Total do Passivo Circulante		**263.203**	**101.838**
Não Circulante			
Debêntures	7	2.290.691	2.411.253
Total do Passivo Não Circulante		**2.290.691**	**2.411.253**
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Capital social integralizado	8	753.072	602.866
Adiantamento futuro aumento capital	6	61.085	150.125
Prejuízo acumulado		(1.699.524)	(2.444.377)
Total do Patrimônio Líquido		**(885.367)**	**(1.691.386)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.668.527**	**821.705**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(687)	(812)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	846.887	362.475
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**846.200**	**361.663**
Receitas financeiras	13	1	47
Despesas financeiras	13	(101.348)	(198.140)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		**(101.347)**	**(198.093)**
Resultado antes dos Impostos		**744.853**	**163.570**
Imposto de renda e contribuição social - diretos		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		**744.853**	**163.570**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	AFAC Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**602.166**	**700**	**(2.607.947)**	**(2.005.081)**
Lucro do exercício	-	-	163.570	163.570
Aumento de capital	700	(700)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.125	-	150.125
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**602.866**	**150.125**	**(2.444.377)**	**(1.691.386)**
Lucro do exercício	-	-	744.853	744.853
Aumento de capital	150.206	(150.206)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.166	-	61.166
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**753.072**	**61.085**	**(1.699.524)**	**(885.367)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		744.853	163.570
Ajustes do resultado:			
Encargos sobre debêntures	7	100.794	173.215
Provisão para perda de investimentos	5	(808.889)	(306.679)
		36.758	**30.106**
Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	4	45	326
Dividendos a receber	5	(37.997)	(516)
Variação nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		1	(1)
Partes relacionadas	6	(89.040)	149.425
Outras contas a pagar		7	(18)
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais		**(90.226)**	**179.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Dividendos recebidos		516	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento		**516**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Debêntures	7	(60.000)	(180.003)
Aumento de capital pelo acionista		150.206	700
Recursos líquidos consumidos nas atividades de financiamento		**90.206**	**(179.303)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	5
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		520	24
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A. foi constituída em 03 de dezembro de 2010. É uma pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Henrique Schaumann, 270 e 278, sobreloja, sala Rio Purus, parte e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação no capital social de outras sociedades. Sua principal participação é na CSN - Cia. Siderúrgica Nacional onde detém 4,22% do capital social votante.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos em conta bancária e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Rio Iaco tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.5. Debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável ou de não recuperabilidade do custo dos ativos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos	520	24
Total	**520**	**24**

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos de IRPJ pagos a recuperar conforme previsão legal.

	2020	2019
Impostos a recuperar	10	55
Total	**10**	**55**

A redução em 2020 refere-se principalmente a utilização de créditos tributários na liquidação de imposto de renda retido de prestadores de serviços.

5. INVESTIMENTOS

Aquisição de ações

Em 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 58.193.503 ações ordinárias de emissão da Companhia Siderúrgica Nacional representando aproximadamente 4,19% do seu capital social. Considerando que a controlada possui ações em tesouraria, a Companhia detém o equivalente a 4,22% do capital votante.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve a cotação das ações negociadas no mercado e reverteu a provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 808.890, mantido, portanto o saldo equivalente ao custo de aquisição.

Consoante sua participação no capital votante da CSN, a Rio Iaco tem direito a receber dividendos no valor de R$ 37.997 referentes à distribuição de 25% do lucro líquido da Companhia Siderúrgica Nacional, apurado sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

6. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Banco Fibra

O Banco Fibra S.A. possui os mesmos controladores finais que a Rio Iaco Participações S.A., e as transações financeiras com esse banco são limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras tipo CDB.

	Ativo circulante 2020	2019
Banco conta movimento		
Banco Fibra S.A.	517	1
	517	1

	Patrimônio líquido 2020	2019
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Rio Purus Participações S.A.	61.085	150.125
	61.085	150.125

7. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2011, ocorreu a 1ª emissão para distribuição pública, em série única de até 3.340 debêntures quirografárias, nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussória, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

As debêntures tinham prazo de vigência de dez anos, com vencimento em 31 de maio de 2021. Em 14 de junho de 2011 foram subscritas e integralizadas 3.313 debêntures totalizando R$ 1.656.500.000, sendo que o saldo das debêntures não subscritas e não integralizadas foram canceladas naquele ato.

O valor nominal de cada uma das debêntures tinha o cronograma original de ser pago em 05 (cinco) parcelas iguais, anuais e sucessivas, cada uma no valor correspondente a 20% do valor nominal de cada uma das Debêntures, devidas em 31 de maio de 2017, em 31 de maio de 2018, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e na data de vencimento.

A remuneração de cada uma das debêntures era:

I. Atualização monetária: o valor nominal não era atualizado monetariamente;

II. Juros remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidiram juros correspondentes a variação acumulada de 114,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 29 de novembro de 2018 foi celebrado o 10º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 04 (quatro) parcelas, sendo: 01 parcela de 40% (quarenta por cento) e 03 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 28 de fevereiro de 2019, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020, e a última na data de vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 28 de fevereiro de 2019 foi celebrado o 11º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 03 (três) parcelas, sendo: 01 parcela de 60% (sessenta por cento) e 02 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e a última na Data de Vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 27 de setembro de 2019, com retificação em 08 de outubro de 2019, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alterações nas Cláusulas 5.1, 6.3, 6.4, 6.14, 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão, sobretudo em relação à forma de cálculo, datas e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração. O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2026. O valor nominal será pago em 11 (onze) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão de acordo com o quadro a seguir:

Período	*Spread*
De 30/09/2019, inclusive, até 30/11/2020, exclusive	1,36% ao ano
A partir de 30/11/2020, inclusive, até 30/11/2022, exclusive	1,61% ao ano
A partir de 30/11/2022, inclusive, até 30/11/2024, exclusive	1,86% ao ano
A partir de 30/11/2024, inclusive, até 30/11/2026, exclusive	2,50% ao ano

Em 27 de novembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alteração da data do evento de pagamento de remuneração que venceria em 30/11/2020 para que passasse a vencer em 31/03/2021.

Conforme instrumento particular alterado pelo 15º aditamento, as debêntures são garantidas por avais, fianças, garantias fidejussórias, alienações fiduciárias e garantias adicionais.

Cronograma de pagamento	2020	2019
Debêntures	120.563	60.000
Juros sobre debêntures	142.630	41.836
Passivo circulante	**263.193**	**101.836**
2021	-	120.562
2022	361.687	361.687
2023	482.251	482.251
2024	482.251	482.251
2025	482.251	482.251
2026	482.251	482.251
Passivo não circulante	**2.290.691**	**2.411.253**
Total	**2.553.884**	**2.513.089**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

• Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de março de 2014 foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 112.000 mil, passando o capital social de R$ 163.500 mil para R$ 275.501 mil. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de setembro de 2014 foi aprovado novo aumento de capital no montante de R$ 128.250 mil passando o capital social de R$ 275.501 mil para R$ 403.751 mil, representado por 403.750.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de março de 2016 foi aprovado um aumento de capital da ordem de R$ 179.500 mil conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na JUCESP. Em 16 de março de 2018 foi aprovado um novo aumento do capital social no valor de R$ 18.915 mil e passou de R$ 583.251 mil, representado por 583.251 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal foi aumentado para R$ 602.166 mil representados por 602.165.500 ações ordinárias nominativas. Em 28 de março de 2019 foi aprovado novo aumento de capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 700 mil e passou de R$ 602.166 mil para R$ 602.866 mil, representado por 602.865.600 ações ordinárias nominativas. Em 30 de março de 2020 foi aprovado aumento do capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 150.206 mil e passou de R$ 602.866 mil para R$ 753.072 mil, representado por 753.071.800 ações ordinárias nominativas.

9. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o resultado de suas operações.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Serviços prestados	(620)	(680)
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Legais e judiciais	(9)	(49)
Multas e moras	-	(31)
Cartórios	-	(1)
Total	**(687)**	**(812)**

12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Dividendos	37.997	55.795
Reversão perda de investimentos	808.890	1.115.570
	846.887	**1.171.365**
Outras despesas operacionais		
Provisão perda de investimentos	-	(808.890)
	(846.887)	**(808.890)**
Total	**(846.887)**	**362.475**

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	-	29
Juros recebidos	1	18
	1	**47**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(100.794)	(173.215)
Despesas bancárias	(554)	(24.904)
IOF	-	(19)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	(2)
	(101.348)	(198.140)
Total	**(101.347)**	**(198.093)**

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante da pandemia do COVID-19, dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que ainda haverá impacto nas atividades das empresas, no entanto não presentemente mensuráveis em relação à capacidade da empresa em honrar os seus compromissos. Vale ressaltar que a pandemia e seus efeitos não implicam em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas demonstrações financeiras de 2020.

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH - Diretor-Presidente
ARNO SCHWARZ - Diretor Superintendente
DANIEL STEINBRUCH - Diretor

RUBENS DOS SANTOS - Contabilista - CRC-TC 1SP031298/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Iaco Participações S.A.

São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras de **Rio Iaco Participações S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, **representam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **Rio Iaco Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Sem ressalvar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção que às referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Sociedades e no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios de **Rio Iaco Participações S.A.**, a Sociedade continua apresentando um elevado grau de endividamento, contudo, conforme descrito na nota explicativa nº 07, em 27 de novembro de 2020 foi deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas alterações em relação à forma de cálculo, data e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração, modificando o perfil dos pagamentos. Além disso, a valorização dos investimentos, o aumento de capital e adiantamento futuro de aumento de capital propiciaram uma redução do passivo descoberto em relação ao exercício anterior, registrando em 31 de dezembro de 2020 um patrimônio líquido negativo de R$ 885.367 mil.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Impactos do COVID 19

A Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. De acordo com a nota explicativa nº 14, a Administração avaliou que a pandemia não implicou em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas suas demonstrações financeiras de 2020.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

Demetrio Cokinos
Contador - CRC-1SP120410/O-2
CNAI 385

SEM VALOR JURÍDICO

Rio Iaco Participações S.A.

CNPJ nº 06.990.482/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As Notas Explicativas e demais documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

São Paulo, 26 de março de 2021. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	520	24
Impostos a recuperar	4	10	55
Dividendos a receber	5	37.997	516
Total do Ativo Circulante		**38.527**	**595**
Não Circulante			
Investimentos	5	1.630.000	821.110
Total do Ativo Não Circulante		**1.630.000**	**821.110**
TOTAL DO ATIVO		**1.668.527**	**821.705**

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Debêntures	7	263.193	101.836
Obrigações fiscais		1	-
Outras contas a pagar		9	2
Total do Passivo Circulante		**263.203**	**101.838**
Não Circulante			
Debêntures	7	2.290.691	2.411.253
Total do Passivo Não Circulante		**2.290.691**	**2.411.253**
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Capital social integralizado	8	753.072	602.866
Adiantamento futuro aumento capital	6	61.085	150.125
Prejuízo acumulado		(1.699.524)	(2.444.377)
Total do Patrimônio Líquido		**(885.367)**	**(1.691.386)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.668.527**	**821.705**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(687)	(812)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	846.887	362.475
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**846.200**	**361.663**
Receitas financeiras	13	1	47
Despesas financeiras	13	(101.348)	(198.140)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		**(101.347)**	**(198.093)**
Resultado antes dos Impostos		**744.853**	**163.570**
Imposto de renda e contribuição social - diretos		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		**744.853**	**163.570**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	AFAC Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**602.166**	**700**	**(2.607.947)**	**(2.005.081)**
Lucro do exercício	-	-	163.570	163.570
Aumento de capital	700	(700)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.125	-	150.125
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**602.866**	**150.125**	**(2.444.377)**	**(1.691.386)**
Lucro do exercício	-	-	744.853	744.853
Aumento de capital	150.206	(150.206)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.166	-	61.166
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**753.072**	**61.085**	**(1.699.524)**	**(885.367)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		744.853	163.570
Ajustes do resultado:			
Encargos sobre debêntures	7	100.794	173.215
Provisão para perda de investimentos	5	(808.889)	(306.679)
		36.758	**30.106**
Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	4	45	326
Dividendos a receber	5	(37.997)	(516)
Variação nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		1	(1)
Partes relacionadas	6	(89.040)	149.425
Outras contas a pagar		7	(18)
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais		**(90.226)**	**179.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Dividendos recebidos		516	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento		**516**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Debêntures	7	(60.000)	(180.003)
Aumento de capital pelo acionista		150.206	700
Recursos líquidos consumidos nas atividades de financiamento		**90.206**	**(179.303)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	5
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		520	24
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A. foi constituída em 03 de dezembro de 2010. É uma pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Henrique Schaumann, 270 e 278, sobreloja, sala Rio Purus, parte e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação no capital social de outras sociedades. Sua principal participação é na CSN - Cia. Siderúrgica Nacional onde detém 4,22% do capital social votante.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos em conta bancária e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Rio Iaco tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.5. Debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável ou de não recuperabilidade do custo dos ativos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos	520	24
Total	**520**	**24**

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos de IRPJ pagos a recuperar conforme previsão legal.

	2020	2019
Impostos a recuperar	10	55
Total	**10**	**55**

A redução em 2020 refere-se principalmente a utilização de créditos tributários na liquidação de imposto de renda retido de prestadores de serviços.

5. INVESTIMENTOS

Aquisição de ações

Em 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 58.193.503 ações ordinárias de emissão da Companhia Siderúrgica Nacional representando aproximadamente 4,19% do seu capital social. Considerando que a controlada possui ações em tesouraria, a Companhia detém o equivalente a 4,22% do capital votante.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve a cotação das ações negociadas no mercado e reverteu a provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 808.890, mantido, portanto o saldo equivalente ao custo de aquisição.

Consoante sua participação no capital votante da CSN, a Rio Iaco tem direito a receber dividendos no valor de R$ 37.997 referentes à distribuição de 25% do lucro líquido da Companhia Siderúrgica Nacional, apurado sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

6. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Banco Fibra

O Banco Fibra S.A. possui os mesmos controladores finais que a Rio Iaco Participações S.A., e as transações financeiras com esse banco são limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras tipo CDB.

	Ativo circulante 2020	Ativo circulante 2019
Banco conta movimento		
Banco Fibra S.A.	517	1
	517	**1**

	Patrimônio líquido 2020	Patrimônio líquido 2019
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Rio Purus Participações S.A.	61.085	150.125
	61.085	**150.125**

7. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2011, ocorreu a 1ª emissão para distribuição pública, em série única de até 3.340 debêntures quirografárias, nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussória, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

As debêntures tinham prazo de vigência de dez anos, com vencimento em 31 de maio de 2021. Em 14 de junho de 2011 foram subscritas e integralizadas 3.313 debêntures totalizando R$ 1.656.500.000, sendo que o saldo das debêntures não subscritas e não integralizadas foram canceladas naquele ato.

O valor nominal de cada uma das debêntures tinha o cronograma original de ser pago em 05 (cinco) parcelas iguais, anuais e sucessivas, cada uma no valor correspondente a 20% do valor nominal de cada uma das Debêntures, devidas em 31 de maio de 2017, em 31 de maio de 2018, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e na data de vencimento.

A remuneração de cada uma das debêntures era:

I. Atualização monetária: o valor nominal não era atualizado monetariamente;

II. Juros remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidiram juros correspondentes a variação acumulada de 114,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 29 de novembro de 2018 foi celebrado o 10º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 04 (quatro) parcelas, sendo: 01 parcela de 40% (quarenta por cento) e 03 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 28 de fevereiro de 2019, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020, e a última na data de vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 28 de fevereiro de 2019 foi celebrado o 11º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 03 (três) parcelas, sendo: 01 parcela de 60% (sessenta por cento) e 02 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e a última na Data de Vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 27 de setembro de 2019, com retificação em 08 de outubro de 2019, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alterações nas Cláusulas 5.1, 6.3, 6.4, 6.14, 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão, sobretudo em relação à forma de cálculo, datas e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração. O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2026. O valor nominal será pago em 11 (onze) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão de acordo com o quadro a seguir:

Período	*Spread*
De 30/09/2019, inclusive, até 30/11/2020, exclusive	1,36% ao ano
A partir de 30/11/2020, inclusive, até 30/11/2022, exclusive	1,61% ao ano
A partir de 30/11/2022, inclusive, até 30/11/2024, exclusive	1,86% ao ano
A partir de 30/11/2024, inclusive, até 30/11/2026, exclusive	2,50% ao ano

Em 27 de novembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alteração da data do evento de pagamento de remuneração que venceria em 30/11/2020 para que passasse a vencer em 31/03/2021.

Conforme instrumento particular alterado pelo 15º aditamento, as debêntures são garantidas por avais, fianças, garantias fidejussórias, alienações fiduciárias e garantias adicionais.

Cronograma de pagamento	2020	2019
Debêntures	120.563	60.000
Juros sobre debêntures	142.630	41.836
Passivo circulante	**263.193**	**101.836**
2021	-	120.562
2022	361.687	361.687
2023	482.251	482.251
2024	482.251	482.251
2025	482.251	482.251
2026	482.251	482.251
Passivo não circulante	**2.290.691**	**2.411.253**
Total	**2.553.884**	**2.513.089**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

• Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de março de 2014 foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 112.000 mil, passando o capital social de R$ 163.500 mil para R$ 275.501 mil. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de setembro de 2014 foi aprovado novo aumento de capital no montante de R$ 128.250 mil passando o capital social de R$ 275.501 mil para R$ 403.751 mil, representado por 403.750.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de março de 2016 foi aprovado um aumento de capital da ordem de R$ 179.500 mil conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na JUCESP. Em 16 de março de 2018 foi aprovado um novo aumento do capital social no valor de R$ 18.915 mil e passou de R$ 583.251 mil, representado por 583.251 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal foi aumentado para R$ 602.166 mil representados por 602.165.500 ações ordinárias nominativas. Em 28 de março de 2019 foi aprovado novo aumento de capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 700 mil e passou de R$ 602.166 mil para R$ 602.866 mil, representado por 602.865.600 ações ordinárias nominativas. Em 30 de março de 2020 foi aprovado aumento do capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 150.206 mil e passou de R$ 602.866 mil para R$ 753.072 mil, representado por 753.071.800 ações ordinárias nominativas.

9. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o resultado de suas operações.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Serviços prestados	(620)	(680)
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Legais e judiciais	(9)	(49)
Multas e moras	-	(31)
Cartórios	-	(1)
Total	**(687)**	**(812)**

continua...

Autoridade certificadora oficial Imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 23 de abril de 2021 às 02:19:50

...continuação

Rio Iaco Participações S.A.

CNPJ nº 06.990.482/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R$)

12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Dividendos	37.997	55.795
Reversão perda de investimentos	808.890	1.115.570
	846.887	**1.171.365**
Outras despesas operacionais		
Provisão perda de investimentos	-	(808.890)
	(846.887)	**(808.890)**
Total	**(846.887)**	**362.475**

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	-	29
Juros recebidos	1	18
	1	**47**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(100.794)	(173.215)
Despesas bancárias	(554)	(24.904)
IOF	-	(19)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	(2)
	(101.348)	**(198.140)**
Total	**(101.347)**	**(198.093)**

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante da pandemia do COVID-19, dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que ainda haverá impacto nas atividades das empresas, no entanto não presentemente mensuráveis em relação à capacidade da empresa em honrar os seus compromissos. Vale ressaltar que a pandemia e seus efeitos não implicam em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas demonstrações financeiras de 2020.

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH - Diretor-Presidente
ARNO SCHWARZ - Diretor Superintendente
DANIEL STEINBRUCH - Diretor

RUBENS DOS SANTOS - Contabilista - CRC-TC 1SP031298/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Iaco Participações S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras de **Rio Iaco Participações S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, **representam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **Rio Iaco Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Sem ressalvar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção que às referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Sociedades e no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios de **Rio Iaco Participações S.A.**, a Sociedade continua apresentando um elevado grau de endividamento, contudo, conforme descrito na nota explicativa nº 07, em 27 de novembro de 2020 foi deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas alterações em relação à forma de cálculo, data e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração, modificando o perfil dos pagamentos. Além disso, a valorização dos investimentos, o aumento de capital e adiantamento futuro de aumento de capital propiciaram uma redução do passivo descoberto em relação ao exercício anterior, registrando em 31 de dezembro de 2020 um patrimônio líquido negativo de R$ 885.367 mil.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Impactos do COVID 19

A Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. De acordo com a nota explicativa nº 14, a Administração avaliou que a pandemia não implicou em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas suas demonstrações financeiras de 2020.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

Demetrio Cokinos
Contador - CRC-1SP120410/O-2
CNAI 385

Via Varejo S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 33.041.260/0652-90 - NIRE: 35.300.394.925

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada Em 22 de Abril de 2021

1. Data, Horário e Local: Em 22 de abril de 2021, às 18:30 horas, por intermédio de videoconferência, nos termos do Artigo 10º, §2º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. ("Companhia"). **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Raphael Oscar Klein; Secretária: Sra. Sandra Gebara Boni. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e do parágrafo único do artigo 9º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração por videoconferência, a saber: Srs. Raphael Oscar Klein, Marcel Cecchi Vieira, Alberto Ribeiro Guth, Renato Carvalho do Nascimento e Rogério Paulo Calderón Peres. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** retificação e ratificação das deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 18 de abril de 2021, por videoconferência, às 18:30 horas ("RCA"), que deliberou, dentre outras matérias, acerca da aprovação, nos termos do artigo 59, parágrafo 1ª, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 20, incisos (x) e (xvi) do Estatuto Social da Companhia, da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), de forma que **(i.a)** seja alterado o item "XXXII" da deliberação 5.1 da RCA para constar a nova redação aplicável ao prêmio adicional de resgate das debêntures da segunda série; e **(i.b)** sejam alterados os itens "XXX" "XXXI" da deliberação 5.1 da RCA para correção de erros de digitação; **(ii)** a ratificação de todos os demais termos, condições e características da Emissão, conforme já aprovados por meio da RCA, bem como de todos os atos já praticados, relacionados à deliberação acima; e **(iii)** a autorização para a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os Srs. Conselheiros examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **5.1** Aprovar e autorizar a retificação dos itens "xxx", "xxxi" e "xxxii" da deliberação 5.1 aprovada na RCA, os quais, ora retificados, passarão a vigorar com as seguintes novas redações: ***"(xxx) Resgate Antecipado Facultativo:*** (i) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de outubro de 2022 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Primeira Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração Primeira Série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série"); (ii) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2023 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Segunda Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, "Resgate Antecipado"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série");" ***"(xxxi) Amortização Extraordinária Facultativa:*** (i) Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de outubro de 2022 (exclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures da Primeira Série ("Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série") de no mínimo 1/3 (um terço) e no máximo 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, mediante o envio de Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração da Primeira Série e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série, incidente sobre o percentual Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado, conforme o caso, e (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, incidente sobre o percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série"); (ii) Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2023 (exclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures da Segunda Série ("Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série, "Amortização Extraordinária Facultativa") de no mínimo 1/3 (um terço) e no máximo 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, mediante o envio de Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração da Segunda Série e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série, incidente sobre o percentual Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado, conforme o caso, e (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, incidente sobre o percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série");" ***"(xxxii) Disposições Comuns ao Resgate Antecipado e à Amortização Extraordinária Facultativa:*** Observadas as demais disposições comuns ao Resgate Antecipado e à Amortização Extraordinária Facultativa que vierem a ser descritas na Escritura de Emissão, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou a Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série seja realizada pela Companhia antes do envio do Relatório do Verificador Externo no qual fique comprovado o atendimento da primeira meta associada ao SKPI (conforme vier a ser definido na Escritura), será devido um prêmio adicional de 0,10% (dez décimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso (***"Prêmio Adicional de Resgate da Primeira Série"***). O Prêmio Adicional de Resgate da Primeira Série deverá ser pago adicionalmente ao Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série e/ou ao Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa da Primeira Série, conforme o caso. Caso o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e/ou a Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série seja realizada pela Companhia antes do envio do Relatório do Verificador Externo no qual fique comprovado o atendimento da segunda meta associada ao SKPI (conforme vier a ser definido), será devido um Prêmio Adicional de Resgate da Segunda Série (conforme definido abaixo), que será pago adicionalmente ao Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série e/ou Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa da Segunda Série, conforme descrito abaixo: ***Atendimento da Primeira Meta de Verificação de KPI - Prêmio Adicional de Resgate da Segunda Série Aplicável;*** *Não - 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) flat; Sim - 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) flat".* **5.2.** Ratificar todos os demais termos, condições e características da Emissão não alterados por meio da presente e já aprovados por meio da RCA, bem como todos os atos relativos à Emissão e à deliberação tomada acima e que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações. **5.3.** Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à efetivação das deliberações acima. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Presidente: Sr. Raphael Oscar Klein; Secretária: Sandra Gebara Boni. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Srs. Raphael Oscar Klein, Marcel Cecchi Vieira, Alberto Ribeiro Guth, Renato Carvalho do Nascimento e Rogério Paulo Calderón Peres. **7. Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. São Caetano do Sul, 22 de abril de 2021. **Raphael Oscar Klein** - Presidente; **Sandra Gebara Boni** - Secretária.

autoridade certificadora oficial
Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 23 de abril de 2021 às 02:19:50

Rio Iaco Participações S.A.

CNPJ nº 06.990.482/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As Notas Explicativas e demais documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 26 de março de 2021. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	520	24
Impostos a recuperar	4	10	55
Dividendos a receber	5	37.997	516
Total do Ativo Circulante		**38.527**	**595**
Não Circulante			
Investimentos	5	1.630.000	821.110
Total do Ativo Não Circulante		**1.630.000**	**821.110**
TOTAL DO ATIVO		**1.668.527**	**821.705**

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Debêntures	7	263.193	101.836
Obrigações fiscais		1	-
Outras contas a pagar		9	2
Total do Passivo Circulante		**263.203**	**101.838**
Não Circulante			
Debêntures	7	2.290.691	2.411.253
Total do Passivo Não Circulante		**2.290.691**	**2.411.253**
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Capital social integralizado	8	753.072	602.866
Adiantamento futuro aumento capital	6	61.085	150.125
Prejuízo acumulado		(1.699.524)	(2.444.377)
Total do Patrimônio Líquido		**(885.367)**	**(1.691.386)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.668.527**	**821.705**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(687)	(812)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	846.887	362.475
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**846.200**	**361.663**
Receitas financeiras	13	1	47
Despesas financeiras	13	(101.348)	(198.140)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		(101.347)	(198.093)
Resultado antes dos Impostos		744.853	163.570
Imposto de renda e contribuição social - diretos		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		744.853	163.570

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	AFAC Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	602.166	700	(2.607.947)	(2.005.081)
Lucro do exercício	-	-	163.570	163.570
Aumento de capital	700	(700)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.125	-	150.125
Saldos em 31 de dezembro de 2019	602.866	150.125	(2.444.377)	(1.691.386)
Lucro do exercício	-	-	744.853	744.853
Aumento de capital	150.206	(150.206)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.166	-	61.166
Saldos em 31 de dezembro de 2020	753.072	61.085	(1.699.524)	(885.367)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		744.853	163.570
Ajustes do resultado:			
Encargos sobre debêntures	7	100.794	173.215
Provisão para perda de investimentos	5	(808.889)	(306.679)
		36.758	**30.106**
Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	4	45	326
Dividendos a receber	5	(37.997)	(516)
Variação nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		1	(1)
Partes relacionadas	6	(89.040)	149.425
Outras contas a pagar		7	(18)
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais		**(90.226)**	**179.322**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Dividendos recebidos		516	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de Investimento		**516**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Debêntures	7	(60.000)	(180.003)
Aumento de capital pelo acionista		150.206	700
Recursos líquidos consumidos nas atividades de financiamento		**90.206**	**(179.303)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	5
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		520	24
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**496**	**19**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A. foi constituída em 03 de dezembro de 2010. É uma pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Henrique Schaumann, 270 e 278, sobreloja, sala Rio Purus, parte e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação no capital social de outras sociedades. Sua principal participação é na CSN - Cia. Siderúrgica Nacional onde detém 4,22% do capital social votante.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos em conta bancária e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Rio Iaco tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.5. Debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável ou de não recuperabilidade do custo dos ativos.

2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos	520	24
Total	**520**	**24**

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se a créditos de IRPJ pagos a recuperar conforme previsão legal.

	2020	2019
Impostos a recuperar	10	55
Total	**10**	**55**

A redução em 2020 refere-se principalmente a utilização de créditos tributários na liquidação de imposto de renda retido de prestadores de serviços.

5. INVESTIMENTOS

Aquisição de ações

Em 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 58.193.503 ações ordinárias de emissão da Companhia Siderúrgica Nacional representando aproximadamente 4,19% do seu capital social. Considerando que a controlada possui ações em tesouraria, a Companhia detém o equivalente a 4,22% do capital votante.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve a cotação das ações negociadas no mercado e reverteu a provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 808.890, mantido, portanto o saldo equivalente ao custo de aquisição.

Consoante sua participação no capital votante da CSN, a Rio Iaco tem direito a receber dividendos no valor de R$ 37.997 referentes à distribuição de 25% do lucro líquido da Companhia Siderúrgica Nacional, apurado sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

6. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Banco Fibra

O Banco Fibra S.A. possui os mesmos controladores finais que a Rio Iaco Participações S.A., e as transações financeiras com esse banco são limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras tipo CDB.

	Ativo circulante 2020	Ativo circulante 2019
Banco conta movimento		
Banco Fibra S.A.	517	1
	517	**1**

	Patrimônio líquido 2020	Patrimônio líquido 2019
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Rio Purus Participações S.A.	61.085	150.125
	61.085	**150.125**

7. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2011, ocorreu a 1ª emissão para distribuição pública, em série única de até 3.340 debêntures quirografárias, nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussória, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

As debêntures tinham prazo de vigência de dez anos, com vencimento em 31 de maio de 2021. Em 14 de junho de 2011 foram subscritas e integralizadas 3.313 debêntures totalizando R$ 1.656.500.000, sendo que o saldo das debêntures não subscritas e não integralizadas foram canceladas naquele ato.

O valor nominal de cada uma das debêntures tinha o cronograma original de ser pago em 05 (cinco) parcelas iguais, anuais e sucessivas, cada uma no valor correspondente a 20% do valor nominal de cada uma das Debêntures, devidas em 31 de maio de 2017, em 31 de maio de 2018, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e na data de vencimento.

A remuneração de cada uma das debêntures era:

I. Atualização monetária: o valor nominal não era atualizado monetariamente;

II. Juros remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidiram juros correspondentes a variação acumulada de 114,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 29 de novembro de 2018 foi celebrado o 10º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 04 (quatro) parcelas, sendo: 01 parcela de 40% (quarenta por cento) e 03 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 28 de fevereiro de 2019, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020, e a última na data de vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 28 de fevereiro de 2019 foi celebrado o 11º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 03 (três) parcelas, sendo: 01 parcela de 60% (sessenta por cento) e 02 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e a última na Data de Vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 27 de setembro de 2019, com retificação em 08 de outubro de 2019, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alterações nas Cláusulas 5.1, 6.3, 6.4, 6.14, 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão, sobretudo em relação à forma de cálculo, datas e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração. O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2026. O valor nominal será pago em 11 (onze) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão de acordo com o quadro a seguir:

Período	*Spread*
De 30/09/2019, inclusive, até 30/11/2020, exclusive	1,36% ao ano
A partir de 30/11/2020, inclusive, até 30/11/2022, exclusive	1,61% ao ano
A partir de 30/11/2022, inclusive, até 30/11/2024, exclusive	1,86% ao ano
A partir de 30/11/2024, inclusive, até 30/11/2026, exclusive	2,50% ao ano

Em 27 de novembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alteração da data do evento de pagamento de remuneração que venceria em 30/11/2020 para que passasse a vencer em 31/03/2021.

Conforme instrumento particular alterado pelo 15º aditamento, as debêntures são garantidas por avais, fianças, garantias fidejussórias, alienações fiduciárias e garantias adicionais.

Cronograma de pagamento	2020	2019
Debêntures	120.563	60.000
Juros sobre debêntures	142.630	41.836
Passivo circulante	**263.193**	**101.836**
2021	-	120.562
2022	361.687	361.687
2023	482.251	482.251
2024	482.251	482.251
2025	482.251	482.251
2026	482.251	482.251
Passivo não circulante	**2.290.691**	**2.411.253**
Total	**2.553.884**	**2.513.089**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

- Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de março de 2014 foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 112.000 mil, passando o capital social de R$ 163.500 mil para R$ 275.501 mil. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de setembro de 2014 foi aprovado novo aumento de capital no montante de R$ 128.250 mil passando o capital social de R$ 275.501 mil para R$ 403.751 mil, representado por 403.750.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de março de 2016 foi aprovado um aumento de capital da ordem de R$ 179.500 mil conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na JUCESP. Em 16 de março de 2018 foi aprovado um novo aumento do capital social no valor de R$ 18.915 mil e passou de R$ 583.251 mil, representado por 583.251 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal foi aumentado para R$ 602.166 mil representados por 602.165.500 ações ordinárias nominativas. Em 28 de março de 2019 foi aprovado novo aumento de capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 700 mil e passou de R$ 602.166 mil para R$ 602.866 mil, representado por 602.865.600 ações ordinárias nominativas. Em 30 de março de 2020 foi aprovado aumento do capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 150.206 mil e passou de R$ 602.866 mil para R$ 753.072 mil, representado por 753.071.800 ações ordinárias nominativas.

9. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o resultado de suas operações.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Serviços prestados	(620)	(680)
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Legais e judiciais	(9)	(49)
Multas e moras	-	(31)
Cartórios	-	(1)
Total	**(687)**	**(812)**

12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Dividendos	37.997	55.795
Reversão perda de investimentos	808.890	1.115.570
	846.887	**1.171.365**
Outras despesas operacionais		
Provisão perda de investimentos	-	(808.890)
	(846.887)	**(808.890)**
Total	**(846.887)**	**362.475**

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	-	29
Juros recebidos	1	18
	1	**47**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(100.794)	(173.215)
Despesas bancárias	(554)	(24.904)
IOF	-	(19)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	(2)
	(101.348)	**(198.140)**
Total	**(101.347)**	**(198.093)**

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante da pandemia do COVID-19, dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que ainda haverá impacto nas atividades das empresas, no entanto não presentemente mensuráveis em relação à capacidade da empresa em honrar os seus compromissos. Vale ressaltar que a pandemia e seus efeitos não implicam em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas demonstrações financeiras de 2020.

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH - Diretor-Presidente
ARNO SCHWARZ - Diretor Superintendente
DANIEL STEINBRUCH - Diretor

RUBENS DOS SANTOS - Contabilista - CRC-TC 1SP031298/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Iaco Participações S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras de **Rio Iaco Participações S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, **representam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **Rio Iaco Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Sem ressalvar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção que às referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Sociedades e no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios **de Rio Iaco Participações S.A.**, a Sociedade continua apresentando um elevado grau de endividamento, contudo, conforme descrito na nota explicativa nº 07, em 27 de novembro de 2020 foi deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas alterações em relação à forma de cálculo, data e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração, modificando o perfil dos pagamentos. Além disso, a valorização dos investimentos, o aumento de capital e adiantamento futuro de aumento de capital propiciaram uma redução do passivo descoberto em relação ao exercício anterior, registrando em 31 de dezembro de 2020 um patrimônio líquido negativo de R$ 885.367 mil.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Impactos do COVID 19

A Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. De acordo com a nota explicativa nº 14, a Administração avaliou que a pandemia não implicou em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas suas demonstrações financeiras de 2020.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

Demetrio Cokinos
Contador - CRC-1SP120410/O-2
CNAI 385

SEM VALOR JURÍDICO

JUCESP
14 OT 21

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Anexo II

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n. 06.990.482/0001-50
NIRE 35-3.0038801.1

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO N. 1

Subscritora:	RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A.
Valor do Capital Subscrito:	R$61.085.550,00 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).
Forma de integralização:	Mediante conversão de créditos que a subscritora detém perante a Companhia, constituídos no exercício de 2020, decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor total de R$61.085.550,00 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).
Capital integralizado:	R$61.085.550,00 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).
Capital a Integralizar:	Não há.
Número de Ações Subscritas:	61.085.550 (sessenta e um milhões, oitenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Preço Unitário de emissão:	R$1,00 (um real) por ação.
Ato Societário:	Aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A.
Benjamin Steinbruch Arno Schwarz

Documento Básico de Entrada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
SPN2172658770

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
RIO IACO PARTICIPACOES S.A.	**06.990.482/0001-50**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

247 Alteracao de capital social

DEFERIDO

Hilton Noredi Mazarem da Silva
Assessor Técnico de Registro Público
RG: 501.020.978-1

DEFERIDO DBE

Número de Controle: SP67532028 - 06990482000150

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
ARNO SCHWARZ	**290.691.338-30**

LOCAL	DATA
	28/04/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 06.990.482/0001-50

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

SEM VALOR DE CERTIDÃO